

REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL

a. 19

n. 76

out./dez. 2014

APRESENTAÇÃO – LINHA EDITORIAL	11
TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO AMBIENTE	
O princípio Constitucional da preservação ambiental: a Constituição Ambiental brasileira como sistema aberto de princípios e regras NEY DE BARROS BELLO FILHO, LUIZ FERNANDO PEDROSA FONTOURA E FELIPE COSTA CAMARÃO.....	15
Tutela jurisdicional do meio ambiente e fenômeno da colisão de direitos fundamentais na jurisprudência do STF e do STJ ALEXANDRE DE CASTRO COURA E LÍVIA AVANCE ROCHA.....	37
Modelos de gestão de riscos ambientais extremos: entre as dimensões da incerteza e as intensidades da precaução na decisão jurídica DELTON WINTER DE CARVALHO.....	63
Governança Ambiental: reflexões para a efetiva democratização da tomada de decisão frente aos riscos ambientais SILVIANA L. HENKES.....	85
Meio ambiente e experimentação animal no Brasil: aspectos da argumentação no direito e na moral JANILDES SILVA CRUZ.....	119
Jurisprudência	
Acordãos	
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
CRIME AMBIENTAL – Caracterização – Lançamento de dejetos provenientes de suinocultura diretamente no solo, em desconformidade com leis ambientais Comentário por DANIELE GALVÃO DE SOUSA SANTOS.....	148
AMBIENTAL – CONSTITUCIONAL	
Proteção constitucional em face de desastres hidrológicos: direitos fundamentais e a importância das ações preventivas NILTON CARLOS DE ALMEIDA COUTINHO.....	169

Jurisprudência

Acordãos

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE – Lei complementar municipal que prevê a dispensa de elaboração de estudo prévio de impacto ambiental
Comentário por EVELINE DE MAGALHÃES WERNER RODRIGUES E PATRYCK DE ARAÚJO AYALA..... 186

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- COMPETÊNCIA LEGISLATIVA – Lei municipal – Diploma local que proíbe a distribuição gratuita ou a venda de sacolas plásticas a consumidores em todos os estabelecimentos comerciais
Comentário por PAULA GALBIATTI SILVEIRA E PATRYCK DE ARAÚJO AYALA..... 195

AMBIENTAL – ADMINISTRATIVO

- O papel das agências reguladoras frente à proteção do meio ambiente
VLADIMIR PASSOS DE FREITAS..... 213

BIODIVERSIDADE

- Análise histórica do instituto da reserva legal: interpretação do art. 68 do Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012)
LUCIANO FURTADO LOUBET 239
- Legislação aplicável aos interferentes endócrinos em relação à proteção dos ecossistemas aquáticos
FÁBIO NAVARRO MANFREDINI, RENATA FRACÁCIO, MANUEL ENRIQUE GAMERO GUANDIQUE E LEANDRO CARDOSO DE MORAIS..... 265
- As áreas de preservação permanente e o meio urbano: a aplicabilidade condicional do novo Código Florestal
LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO..... 285

Jurisprudência

Acordãos

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano ambiental – Indenização – Danos material e moral – Contaminação de propriedades rurais em razão da emissão de flúor na atmosfera por complexo industrial • SENTENÇA – Julgamento *extra petita* – Dano ambiental – *Decisum* que condena o agente poluidor ao pagamento de danos extrapatrimoniais, apesar da inicial conter a denominação dos danos como ambientais
Comentário por RAFAELA EMÍLIA BORTOLINI E PATRYCK DE ARAÚJO AYALA..... 301

RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano ambiental – Indenização – Danos material e moral – Empresa que durante o desenvolvimento de sua atividade empresarial, deixa vaziar resíduos tóxicos que atingem quilômetros de extensão, ocasionando a perda de bens móveis e imóveis por inúmeras famílias Comentário por MARIANA DE CARVALHO PERRI e PATRYCK DE ARAUJO AYALA.....	323
---	-----

AMBIENTAL – URBANO

Pagamento por serviços ambientais urbanos: oportunidades no setor da construção civil	
---	--

DANIELA STUMP e ANA MARIA DE OLIVEIRA NUSDEO	349
--	-----

Instrumentos fiscais na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS): A extrafiscalidade como mecanismo para incentivar a reciclagem	
--	--

CARLOS E. PERALTA	365
-------------------------	-----

Jurisprudência

Acordãos

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PETIÇÃO INICIAL – Inépcia – Ação demolitória – Imóvel tombado que passa por reforma sem autorização administrativa e em desacordo com as normas de preservação do sítio histórico • LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM – Ação demolitória – Demanda movida em face da possuidora direta e responsável pela ampliação irregular do imóvel

Comentário por ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN: <i>Preservação de imóvel no centro histórico de Olinda</i>	394
--	-----

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Dano ambiental – Ministério Público – Obrigação de fazer – Determinação de implementação de usina de reciclagem de resíduos sólidos provenientes da construção civil

Comentário por PATRYCK DE ARAUJO AYALA.....	413
---	-----

SENTENÇA – Julgamento *extra petita* – Dano ambiental – *Decisum* que estabelece a responsabilidade pós-consumo de fabricante de refrigerantes sobre a destinação de garrafas PET utilizadas como embalagem de seu produto

Comentário por PATRYCK DE ARAUJO AYALA e LETICIA POZZOBON: <i>Direito civil. Ação civil pública. Associação de Defesa do Meio Ambiente. Garrafas "PET". Abandono em lagradouros públicos. Responsabilidade pós-consumo. Danos ambientais. Obrigação de fazer da ré, fabricante de refrigerante</i>	445
--	-----

AMBIENTAL – ECONÔMICO

Tributação e sustentabilidade ambiental: a extrafiscalidade como instrumento de proteção do meio ambiente	
---	--

PAULO CALIENDO, ROGÉRIO RAMMÉ e VEYZON MUNIZ	471
--	-----

Tributação sustentável para fontes de energias renováveis HENRIQUE SAMPAIO GORON.....	491
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	
O REDD+ e a Convenção do Clima: Avanços da COP 19 CRISTIANE DERANI E BRUNO DE ANDRADE CHRISTOFOLI.....	511
ENCONTROS E CONGRESSOS	
Curso Internacional Judicial de Atualização em Direito Ambiental e Agrário – Oficina sobre a Lei Complementar 140/2011 – Conclusões dos Magistrados.....	533
Curso Internacional Judicial de Atualização em Direito Ambiental e Agrário – Oficina sobre a Lei Complementar 140/2011 – Conclusões do Ministério Público, Advogados Públicos e Órgãos Ambientais.....	534
Curso Internacional Judicial de Atualização em Direito Ambiental e Agrário – Oficina sobre o Código Florestal – Conclusões dos Magistrados.....	535
Curso Internacional Judicial de Atualização em Direito Ambiental e Agrário – Oficina sobre o Código Florestal – Conclusão do Ministério Público, Advogados Públicos e Órgãos Ambientais.....	536
NORMAS DE PUBLICAÇÃO DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA.....	537